

## **Traducción y validación del Millon Clinical Multiaxial Inventory - III (MCMI-III): Adaptación del instrumento para la realidad brasileira**

### **RESUMO**

O estudo de adaptação para o Brasil do Millon Clinical Multiaxial Inventory-III, instrumento para avaliação dos aspectos psicopatológicos da personalidade, objetiva a tradução e adaptação semântica do inventário, avaliação psicométrica de suas características, incluindo estudos de precisão e validade e, ainda, a elaboração de um aplicativo informatizado para assessorar na avaliação dos resultados obtidos, de forma a ampliar o quadro de instrumentos psicológicos coerentes com a realidade nacional e incitar discussões acerca da prática em avaliação psicológica nesse contexto. A tradução preliminar foi realizada pelo grupo de pesquisadores, e apresentada a grupos de sujeitos com níveis distintos de escolaridade e experiência de leitura, que aferiram o grau de compreensão semântica das sentenças, identificando-se necessidades de adaptações na redação dos itens. Os itens seguem para ser revisados por profissionais de língua portuguesa e, posteriormente, submetidos a backtranslation. O instrumento será, então avaliado por juízes quanto a clareza na linguagem, relevância teórica, pertinência e constructo teórico mais adequado. O inventário será aplicado a grupos clínicos em avaliações pareadas e acompanhadas com a equipe médica, para verificação da concordância aos critérios diagnósticos do DSM-IV.

### **RESUMÉN**

El estudio de adaptación para el Brasil del Millon Clinical Multiaxial Inventory-III, instrumento para evaluación de los aspectos psicopatológicos de la personalidad, objetiva a traducción y adaptación semántica del inventario, evaluación psicométrica de sus características, incluido estudios de precisión y validez. Además, objetivase la elaboración de un *software* para asesorar la evaluación de los resultados obtenidos, de forma a ampliar el cuadro de instrumentos psicológicos coherentes con la realidad nacional y incitar discusiones acerca de la práctica en evaluación psicológica en este contexto. A traducción preliminar fue realizada por el grupo de investigadores, y presentada a grupos de sujetos con niveles distintos de escolaridad y experiencia de lectura, que indicaran el grado de comprensión semántica de las frases. Estos datos fueron importantes para identificar las necesidades de adaptación en la redacción de los ítems. Los ítems están siendo revisados por profesionales de lengua portuguesa y, posteriormente, sometidos a *backtranslation*. El instrumento será evaluado por jueces cuanto a la clareza en la lenguaje, relevancia teórica, pertinencia y constructo teórico más adecuado. El inventario será aplicado a grupos clínicos en evaluaciones pareadas y acompañadas con el equipo médica, para verificación de la concordancia a los criterios diagnósticos do DSM-IV.

**Palavras-chave: Avaliação Psicológica, Adaptação de tests, Personalidad**

## **Tradução e Validação do Millon Clinical Multiaxial Inventory – III (MCMI-III): Adaptação do instrumento para a realidade brasileira**

### **Introdução**

Avaliação psicológica, segundo Wechsler<sup>1</sup>, é um processo de coleta de dados e interpretação de informações realizado por meio de instrumentos psicológicos. Tem por finalidade o maior conhecimento do indivíduo para que sejam tomadas determinadas decisões. Aiken<sup>2</sup> relata que após a Segunda Guerra Mundial os instrumentos de avaliação psicológica, em especial os que medem o desempenho acadêmico, se espalharam pelo mundo. Segundo Anastasi e Urbina<sup>3</sup>, esses instrumentos, tradicionalmente, apresentavam a função de medir as diferenças entre indivíduos ou entre as reações de um mesmo indivíduo em diferentes circunstâncias. Esses mesmos autores defendem que um dos primeiros problemas que estimulou o desenvolvimento dos testes psicológicos foi a identificação das pessoas mentalmente retardadas. Outro fator que influenciou o desenvolvimento inicial desse tipo de instrumento foi a necessidade de realização de avaliações que surgiu na educação.

Aiken<sup>2</sup> defende que o principal propósito dos testes psicológicos, na atualidade, é avaliar o comportamento, as capacidades mentais e outras características pessoais com o objetivo de ajudar nas avaliações, predições e decisões. Para Anastasi e Urbina<sup>3</sup> a avaliação psicológica é atualmente empregada em uma variedade ampla de problemas práticos e na pesquisa básica. Seu uso clínico inclui o exame de pessoas com transtornos emocionais graves e outros tipos de problemas comportamentais, havendo até hoje a utilização de alguns testes psicológicos para detecção de deficiências intelectuais. A testagem psicológica também é utilizada no âmbito escolar e na seleção e classificação de pessoal nas indústrias. Segundo Bernaud<sup>4</sup>, a avaliação da personalidade inscreve-se no quadro de uma teoria da medida, e podem ser descritos, como os demais instrumentos, segundo suas qualidades metrológicas.

Define-se por instrumento psicológico toda e qualquer prova que integre um conjunto de estímulos ou questões específicas, estruturadas dentro do corpo de conhecimento científico de psicologia (Wechsler<sup>1</sup>).

O teste psicológico é essencialmente uma medida objetiva e padronizada de uma amostra de comportamento. Tendo em vista a idéia de teste como uma medida padronizada, faz-se necessário compreender o que significa a padronização de um instrumento psicológico (Anastasi e Urbina<sup>3</sup>).

Padronização implica uniformização de procedimentos na aplicação e na pontuação do teste. Para que os escores obtidos por pessoas diferentes sejam comparáveis, as condições de testagem devem ser as mesmas para todas (Anastasi e Urbina<sup>3</sup>). Esse processo, em um sentido mais amplo, se refere à necessária existência de uniformidade em todos os procedimentos no uso de um instrumento válido e preciso, desde as precauções a serem tomadas na aplicação do teste até o desenvolvimento de parâmetros ou critérios para a interpretação dos resultados (Pasquali<sup>5</sup>).

No processo de padronização de um teste, ele é aplicado a uma amostra grande e representativa do grupo para o qual foi planejado, o grupo de padronização, a partir da qual são estabelecidas as normas (Anastasi e Urbina<sup>3</sup>). Como instrumentos de medida, os testes psicológicos devem apresentar características que justifiquem a confiabilidade nos dados que produzem. Segundo Pasquali<sup>6</sup>, duas características fundamentais para que os instrumentos de testagem psicológicas sejam considerados legítimos e confiáveis são: validade e precisão (fidedignidade).

A validade de um instrumento diz respeito a sua capacidade de medir o que se propõe a medir. Este parâmetro psicométrico pode ser demonstrado a partir de algumas técnicas, as quais podem ser separadas em três grandes classes: validade de constructo, validade de conteúdo, validade de critério. A validade de constructo ou conceito é considerada a forma mais fundamental de validade dos instrumentos psicológicos. Ela constitui a maneira direta de verificar a hipótese da legitimidade da representação comportamental dos traços latentes. Com relação a validade de conteúdo, pode se dizer que um teste tem este tipo de validade se a amostra utilizada é representativa de um universo finito de comportamento, sendo aplicável quando se pode delimitar *a priori* e claramente um universo de comportamentos. A validade de critério refere-se ao grau de eficácia que ele tem em prever um desempenho específico de um sujeito (Pasquali<sup>6</sup>).

Bernaude<sup>4</sup> apresenta a validade como a mais importante das qualidades metrológicas. Os estudos de validade, para esse autor, procuram verificar se o método mede os objetivos

que supõe medir e podem ser realizados a partir alguns critérios: validade de conteúdo, validade de construção e validade de critério. Ainda segundo Bernaud<sup>4</sup> um instrumento deve ter também como qualidade metrológica a sensibilidade, ou seja, poder discriminativo de um método de avaliação ou a capacidade de salientar resultados suficientemente diferenciados entre sujeitos. A sensibilidade é avaliada pela observação da distribuição dos resultados, analisando-se os indicadores de dispersão (variância, desvio-padrão, extensão, etc.). O autor descreve esta como uma qualidade indispensável, visto que um instrumento cujos resultados fossem invariantes para todos os sujeitos testados não teria utilidade.

Segundo Anastasi e Urbina<sup>3</sup>, antes de um teste ser liberado para uso, deve ser executada uma verificação cuidadosa e objetiva de sua fidedignidade. A fidedignidade de um teste é a consistência dos escores obtidos pelas mesmas pessoas quando reexaminadas com o mesmo teste ou com uma forma equivalente (Anastasi e Urbina<sup>3</sup>; Pasquali<sup>6</sup>). Pasquali<sup>6</sup> acrescenta que fidedignidade refere-se ao quanto o escore obtido no teste aproxima-se do escore verdadeiro do sujeito num aspecto qualquer. Bernaud<sup>4</sup> se refere a essa qualidade, que remete à constância da medida, como fidelidade, enfatizando que a mesma pode ser apreciada através de vários critérios: teste-reteste (estabilidade), fidelidade par-ímpar, *split-half* ou coeficiente de homogeneidade (para medir a consistência interna), a fidelidade inter-avaliadores e a fidelidade por equivalência (que mede o grau de coerência entre dois métodos que diferem apenas no conteúdo dos itens). A fidelidade, segundo Bernaud<sup>4</sup>, está intimamente relacionada ao erro de medida, numa proporção inversa – quanto mais elevada for a fidelidade, menor será o erro de medida. A fidelidade aumenta com o grau de padronização e de estruturação do método.

Cada país conta com legislação própria e com instituição que regulamente a profissão de psicólogo e também a utilização de instrumentos de avaliação psicológica. No Brasil a atuação do profissional de psicologia é regida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Dentre outras funções, este órgão regulamenta a utilização de instrumentos de avaliação psicológica no país, contando com um Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI), o qual é responsável pela avaliação e liberação (ou não) para uso desses instrumentos no país. O CFP orienta para a observação das condições de uso dos instrumentos de avaliação psicológica, contando com resoluções como a nº 002/2003 que define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos.

Segundo essa resolução, não basta que o instrumento que se pretende utilizar seja aprovado pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos, devendo os mesmos ser utilizados apenas para os propósitos específicos e nos contextos para os quais os estudos empíricos indicaram resultados favoráveis, principalmente no que se refere à validade, precisão e padronização. Em cartilha, o CFP<sup>7</sup> elenca entre as competências que um psicólogo necessita para realizar Avaliação Psicológica, entre outras, a de ter conhecimentos em Psicometria, a fim de poder julgar questões de validade, precisão e normas dos testes e assim ser capaz de escolher e trabalhar de acordo com os propósitos e contextos específicos de um teste.

No art 1º da resolução do CFP nº 002/2003, este órgão relembra o que dispõe o § 1º do Art. 13 da Lei nº 4.119/62, a qual determina que os testes psicológicos são instrumentos que se destinam a avaliação ou mensuração de características psicológicas, constituindo-se como método ou técnica de uso exclusivo do psicólogo. O CFP determina ainda que os testes psicológicos devem, além de ter seu uso limitado a psicólogos, contar com um psicólogo responsável técnico, que deverá enquadrar o instrumento ao disposto na resolução que regulamenta a elaboração de instrumentos (CFP<sup>8</sup>).

O mesmo órgão estabelece como condições técnicas para que os instrumentos de avaliação psicológica tenham seu uso aprovado no Brasil: apresentação da fundamentação teórica do instrumento, contendo uma definição clara do construto a que se propõe medir e a definição de seus propósitos e dos contextos principais para os quais foi desenvolvido; a apresentação de estudos de validade e precisão; apresentação de dados sobre as propriedades psicométricas do instrumento; apresentação do modelo de correção e interpretação dos escores, explicitando a lógica que fundamenta o sistema de interpretação adotado; apresentação dos procedimentos de aplicação e correção e as condições nas quais o teste deve ser aplicado, objetivando a padronização de sua aplicação; e um manual que contenha as informações anteriormente relatadas, abarcando fundamentação teórica e estudos empíricos sobre o instrumento, explicando a aplicação, correção e interpretação dos resultados (CFP<sup>8</sup>).

Calejon<sup>9</sup> enfatiza a importância da avaliação e regulamentação de instrumentos psicológicos comercializados no Brasil que vem sendo realizada pelo CFP. No entanto, ela relata as críticas que vem sendo feitas à utilização de instrumentos dessa natureza. Uma das

principais críticas feitas aos testes psicológicos diz respeito ao seu uso inadequado e à falta de padronização para a realidade brasileira de instrumentos criados em contextos culturais diferentes e utilizados sem os devidos cuidados.

Apesar das críticas realizadas à importação desmedida de instrumentos de avaliação psicológica, e frente à inexistência de instrumentos nacionais e/ou derivados de teorias mais atuais para a avaliação da personalidade, é conveniente a adaptação de instrumentais investigados e utilizados pela comunidade internacional. No entanto, faz-se necessário que os instrumentos estejam de acordo com a realidade brasileira, daí a importância do desenvolvimento de estudos de adaptação e validação, possibilitando sua adequação dos instrumentos.

### **Adaptação de Instrumentos de Avaliação Psicológica**

Num contexto de globalização crescente, o conhecimento científico, e aí incluso o da Psicologia, deve ser assumido como produção e utilização coletiva. Prieto e Almeida (1997, citados por Almeida<sup>10</sup>), explicam o maior número de instrumentos traduzidos e adaptados para vários países pela internacionalização da ciência e dos produtos tecnológicos e, ainda, pela facilidade na comunicação entre equipes de investigadores. No entanto, Almeida<sup>10</sup> defende que esse intercâmbio científico não pode ser automático, por não se tratar da importação de produtos de imediato consumíveis, sendo de extrema relevância as preocupações com as equivalências transculturais das medidas. Hambleton<sup>11</sup> acrescenta que alguns testes são adaptados a outros idiomas para melhorar a imparcialidade da avaliação.

Tal preocupação é compartilhada por autores (Hambleton<sup>11</sup>; Noronha<sup>12</sup>; Alchieri, Alves & Marques<sup>13</sup>) que enfatizam a necessidade de prudência na utilização de testes em culturas diferentes, devendo-se avaliar criticamente a utilização das normas apresentadas nos manuais, visto que estas são, geralmente, estabelecidas com base em amostras diferentes. Instrumentos utilizados dessa forma podem proporcionar imagens distorcidas da realidade psico-sócio-cultural própria de indivíduos, grupos e instituições em países importadores.

Hernández e Sánchez-López<sup>14</sup> chamam atenção para o fato de que o trabalho de adaptação de um instrumento de avaliação para outro idioma não pode consistir numa simples tradução do mesmo, preocupação esta presente no discurso de vários outros pesquisadores (Hambleton<sup>11</sup>; Noronha<sup>12</sup>; Alchieri, Alves & Marques<sup>13</sup>), segundo os quais a utilização das normas apresentadas nos manuais originais, geralmente estabelecidas com base em amostras de uma cultura diferente, decorre de uma prática imprudente e arriscada, pois se baseia numa importação desmedida e no desconhecimento das qualidades psicométricas dos instrumentos utilizados no país. Este fato é apontado por Calejon<sup>9</sup> como um dos principais fatores de descrédito da avaliação psicológica no Brasil.

A regulamentação do uso de testes no Brasil prevê que, para que testes estrangeiros sejam utilizados no país, além da tradução para a língua portuguesa, faz-se necessário que eles estejam de acordo com o estabelecido na resolução do CFP nº 002/2003, devendo contar com estudos realizados com amostras brasileiras, considerando a relação de contingência entre as evidências de validade, precisão e dados normativos com o ambiente cultural onde foram realizados os estudos para sua elaboração.

No que diz respeito à construção e adaptação de testes, observa-se o resgate de uma preocupação não apenas com seus pressupostos técnicos, mas também com o embasamento teórico subjacente a estes (West<sup>15</sup>), constatando-se a emergência de uma proposta mais integradora quanto aos distintos pontos teóricos de diversas teorias, sistematizando, assim, os avanços da ciência psicológica.

Bernaude<sup>4</sup> chama atenção para o fato de que a estratégia de construção dos itens de um instrumento deve integrar particularidades próprias das minorias culturais dentro de uma determinada sociedade. Na importação de instrumentos, o processo de adaptação à nova cultura surge não com o objetivo de que os resultados médios de uma população a outra sejam equivalentes, mas sim com o intuito de demonstrar que a validade da prova permanece comparável para os diferentes grupos.

## **Teoria da Personalidade de Theodore Millon e o Millon Clinical Multiaxial Inventory**

O estudo da personalidade, conta com uma grande diversidade de abordagens e

métodos, baseando-se na psicometria e na psicologia dinâmica, num primeiro momento, mas também em disciplinas tão variadas quanto a psicanálise, a sociologia, a biologia, a antropologia, a filosofia, a criminologia e todas as subdisciplinas da psicologia. A avaliação da personalidade é um processo complexo, condicionado a compromissos, que têm por conseqüência uma visão parcial da personalidade, sendo inconcebível ter em conta, ao mesmo tempo, todos os seus parâmetros. Bernaud<sup>4</sup> define personalidade como o conjunto de sistemas organizados que sustentam a conduta, sendo, portanto, uma característica relativamente estável e geral, que parte de qualquer tipo de determinante (cognitivo ou não cognitivo). A personalidade, segundo Alchieri<sup>16</sup>, permite entender aquilo que distingue as pessoas entre si nas suas diversas preferências e ações, o que lhes é singular e próprio. Demarca, define, iguala e representa as pessoas em seus comportamentos, sentimentos, atos e preferências, como aspectos comuns entre os demais membros de sua espécie.

Na teoria de Theodore Millon, a Personalidade é compreendida como um conjunto de características ou traços que emergem de uma matriz em que estão presentes predisposições biológicas e experiências de aprendizagem, e, em função delas, organizam-se em formas relativamente estáveis de pensar, enfrentar situações, perceber, sentir e vincular-se com outras pessoas e demais objetos do mundo cultural – estilos de personalidade (Strack<sup>17</sup>). A idéia de “estilo de personalidade”, então, centra-se nos destaques de condutas que configuram um modo de agir organizado de maneira determinada, para consolidar, ao longo da experiência vital do sujeito, uma forma própria de relação entre este e a realidade. É, então, um padrão complexo de características psicológicas profundamente enraizadas, expressas de forma automática em quase todos os âmbitos da atividade psicológica, configurando a constelação completa da pessoa (Millon e Davis<sup>18</sup>).

Millon<sup>19</sup> postulou em sua construção teórica a existência de padrões normais e anormais de reação e adaptação da personalidade, baseando-se em um *continuum* entre ambos os extremos. A personalidade normal reflete, assim, as formas específicas de adaptação de um membro de uma espécie, as quais são eficazes em ambientes previsíveis. Os transtornos de personalidade, por sua vez, são caracterizados como estilos de funcionamento não adaptativos devido a desequilíbrios ou a conflitos na capacidade para



enfrentar com sucesso as demandas subjetivas ou do contexto onde se insere.

Esta relação se dá pelo fato de que a presença de traços adaptativos (com poucas características desadaptativas) representa um incremento na capacidade de enfrentamento das adversidades psicológicas e sociais, ao passo que uma estrutura de personalidade que inclua muitos traços desadaptativos torna-se vulnerável até mesmo ao estressor mais leve. Então, a estrutura e as características da personalidade se convertem na base da capacidade individual para atividades sadias ou patológicas, sendo que cada estilo de personalidade é também um estilo de enfrentamento, e a personalidade se converte em um princípio organizador fundamental a partir do qual compreende-se a psicopatologia (Millon e Davis<sup>18</sup>).

Segundo Millon e Davis<sup>18</sup>, nos últimos anos o estudo da personalidade e seus transtornos tornaram-se um aspecto fundamental da abordagem da psicologia anormal. De fato, os transtornos da personalidade ocupam atualmente um lugar de grande importância no âmbito diagnóstico e constituem uma área de estudo científico.

A utilização de questionários para a avaliação da personalidade é uma prática antiga, e parte de um postulado implícito segundo o qual o avaliado é capaz de lançar um olhar objetivo sobre si próprio (auto-avaliação). Alguns críticos argumentam que esta não é uma medida objetiva da personalidade, mas sim uma tradução da *imagem de si*, assentando-se na introspecção. Apesar disso, os trabalhos de pesquisa sobre questionários de personalidade representam um volume considerável, e sua utilização continua incontestada: na França, passa de 40 o número de instrumentos desse tipo publicados anualmente; nos Estados Unidos, esse número facilmente supera uma centena. Tal popularidade pode ser explicada pelo caráter econômico desses instrumentos (que maximizam a quantidade de informações recolhidas através de custos e esforços mínimos) e ainda pelo privilégio da opção quantitativa no tratamento das respostas, o que confere ao método um verniz científico. No entanto, o bom uso de questionários não pode existir sem uma interrogação acerca dos fundamentos teóricos e da validade dos métodos (Bernaud<sup>4</sup>).

Atualmente, a personalidade pode ser avaliada no Brasil em uma forma mais ampla através de inventários (Anastasi e Urbina<sup>3</sup>) como o de Comrey, de 1997 e o Inventário Fatorial de Personalidade, de Pasquali e colaboradores, do mesmo ano, ambos sem nenhum instrumento de contraprova do ponto de vista da teoria de base (Noronha, Primi e

Alchieri<sup>20</sup>). No entanto, a identificação e caracterização de seus aspectos psicopatológicos permanecem sem instrumentos ou técnicas diretas de avaliação.

O Inventário Clínico Multiaxial de Millon – III (MCMI-III) é a versão mais moderna e atualizada de um dos instrumentos desenvolvidos por Theodore Millon para operacionalizar sua teoria, e encontra-se em sintonia com os critérios do DSM-IV. É um instrumento com 175 itens, aplicado em pessoas a partir de 18 anos de idade que estejam recebendo tratamento psicológico ou que estejam em avaliação. Este instrumento avalia 14 tipos de personalidade e 10 síndromes clínicas (Strak<sup>21</sup>).

A estrutura do MCMI é análoga a do DSM em diferentes níveis. Millon desenvolveu sua teoria relacionada aos conceitos fundamentais da evolução, e aporta uma série de constructos clinicamente relevantes para a definição de traço de personalidade e de síndrome, os quais serviram de guia ao se redigir os itens das escalas. Em relação às escalas de Millon, cada eixo é composto de dimensões que refletem suas síndromes mais destacadas. O autor descreve em suas escalas padrões clínicos da personalidade (esquizóide, evitativo, depressivo, dependente, histriônico, narcisista, antisocial, agressivo ou sádico, compulsivo, negativista ou passivo-agressivo e autodestrutivo), patologias graves da personalidade (esquizotípico, limite e paranóide), síndromes clínicas (transtorno de ansiedade, transtorno somatomorfo, transtorno bipolar, transtorno distímico, dependência do álcool, dependência de substâncias e transtorno do estresse pós-traumático) e síndromes clínicas graves (transtorno do pensamento, depressão maior e transtorno delirante).

O MCMI, em todas as suas edições originais, foi elaborado de acordo com o preconizado por Loevinger (1957, citado por Hernáez & Sánchez-López<sup>14</sup>), segundo o qual a validação deveria ser um processo contínuo, presente durante todas as fases de construção de um instrumento. Assim, este instrumento passou por três estágios seqüenciais de validação, concomitantes ao desenvolvimento de cada etapa do inventário: validação teórico-substantiva (validade de conteúdo), validação interna-estrutural e validação externa de critério.

O primeiro dos três estágios, a validação de conteúdo, visa examinar até que ponto os itens que formam o instrumento são derivados de um marco teórico explícito; realiza-se, sobretudo, através da apreciação de juizes que avaliam a pertinência de cada item para a

caracterização de determinado constructo. Na fase interna-estrutural estes itens são submetidos à análise de coexistência; os itens validados substantivamente são aplicados à populações apropriadas a fim de se verificar se eles se ajustam ao modelo esperado. Por fim, na fase de validação de critério externo os elementos são examinados em função de sua capacidade para discriminar entre grupos clínicos; verifica-se a correspondência empírica de cada escala do teste com várias medidas do traço ou da síndrome através de estudos não procedentes de uma escala. Quando realizado em conjunto com outros métodos de avaliação e empregando diversos critérios externos, este procedimento também pode estabelecer a validade convergente e divergente de cada escala (Hernández & Sánchez-López<sup>14</sup>).

### **Adaptação do MCMI-III para o Brasil**

A adaptação do MCMI-III para o Brasil, em fase inicial, faz parte da linha de Avaliação Psicológica do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A adaptação desse instrumento é justificada pela importante contribuição que ele pode proporcionar ao estudo da psicopatologia, visto que possui uma base teórica atual e em constante aperfeiçoamento, estando em consonância com as tendências atuais para instrumentos de avaliação. Além disso, a adaptação do MCMI-III pode contribuir para a atividade de avaliação clínica e para o desenvolvimento da pesquisa nessa área, possibilitando a revalorização e a atualização de estudos sobre psicopatologia no país.

Sendo assim, o processo de adaptação tem como objetivo geral, verificar as condições de tradução e adaptação do MCMI-III para uso no Brasil, identificando e analisando as modificações envolvidas na escala original, em relação aos dados obtidos na validade e adaptação para o Brasil. Especificamente, objetiva-se traduzir e adaptar semanticamente os itens do inventário para o português, analisar e avaliar o inventário através dos procedimentos de avaliação psicométricos (precisão e validade), realizar estudos de validação teórico-substantiva deste instrumento e elaborar um aplicativo informatizado para assessorar na avaliação dos resultados obtidos.

A adaptação do MCMI-III para o Brasil se realiza através da reprodução da metodologia empregada em sua construção e nos estudos da adaptação espanhola (Hernández & Sánchez-López<sup>14</sup>), salvaguardadas as peculiaridades da nossa língua e cultura.

Inicialmente, foram realizadas as traduções preliminares dos itens a partir do instrumento original, sendo gerada uma primeira versão em português do inventário. Os itens traduzidos para o português foram apresentados a diversos sujeitos, com níveis distintos de escolaridade e experiência em leitura, para aferir o grau de compreensão semântica das sentenças e identificar possíveis necessidades de adaptações na redação dos itens. Uma vez obtida, a versão em português foi submetida a um profissional de língua portuguesa para avaliação e checagem da adaptação semântica, revisando imperfeições na apresentação bem como a clareza dos itens. Ao fim dessa revisão, que não provocou alterações nos itens, o instrumento foi submetido a *back-translation*, realizada por profissionais da área de educação por bilíngües sem experiência em Psicologia, o que assegurou a fidedignidade das duas versões e a impossibilidade de reconhecimento do material.

## **Análise de Dados e Resultados**

Para realização das traduções preliminares, os autores encontraram algumas dificuldades, principalmente pela utilização de termos muito específicos da língua inglesa, que não apresentavam uma tradução própria para o português. Apresentam-se abaixo algumas das alterações realizadas, como o termo “*big shots*”, surgido no item 50 (“*I strongly resent ‘big shots’ who always think they can do things better than I can*”), “*sideline*”, do item 88 (“*I never sit on the sidelines when I’m at a party*”) ou *self-conscious*, surgido no item 99 (“*In social groups I am almost always very self-conscious and tense*”).

No primeiro caso, a opção do grupo foi por omitir a expressão, visto que na tradução o sentido da sentença seria mantido sem ela:

50) Tenho ressentimento das pessoas que acham que podem fazer as coisas melhor do que eu.
---

Nos segundo e terceiro casos, a opção foi por utilizar como tradução sentenças que mantivessem o sentido da expressão, traduzindo os itens da seguinte maneira:

88) Nunca passo despercebido quando estou numa festa.

99) Em reuniões sociais, quase sempre estou tenso e preocupado com o que vão pensar de mim.

Algumas adaptações necessárias para as traduções preliminares disseram respeito a questões de cultura, como por exemplo, a expressão “*flew across the Atlantic*”, surgida no item 65 (“*I flew across the Atlantic thirty times last year*”). Essa expressão, pouco utilizada no Brasil, perde seu sentido, que seria o da realização de uma viagem longa ou extraordinária. A opção do grupo foi por literalizar o sentido da expressão, traduzindo o item da seguinte forma:

65) Ano passado, fui à Europa de avião umas trinta

O grupo também optou pela utilização de termos mais populares, em detrimento de termos mais literatos, como por exemplo a utilização de “paquerar” ao invés de “fletar” no item 21 (“*I like to flirt with members of the opposite sex*”, traduzido por “Gosto de paquerar com pessoas do sexo oposto”). A mesma lógica regeu adaptações nas estruturas de algumas sentenças, que precisaram ser modificadas para melhor compreensão, como por exemplo a sentença de número 51 (“*When things get boring, I like to stir up some excitement*”), traduzida como:

51) Gosto de dar emoção às coisas quando elas se tornam monótonas.

Convém observar que o instrumento original apresenta sentenças bastante acessíveis, utilizando expressões populares e corriqueiras na língua inglesa. A tradução, portanto, tentou manter-se fiel a esse modelo sem esquecer, no entanto, critérios como os elencados por Pasquali<sup>22</sup> para a construção de instrumentos: critério comportamental, objetividade, simplicidade, clareza, relevância, precisão, variedade, modalidade, tipicidade e credibilidade. Então, apesar de se priorizar a clareza e simplicidade na redação dos itens, os pesquisadores tiveram preocupação com seu aspecto formal, para que as sentenças não se apresentassem demasiadamente simples a ponto de serem menosprezadas por leitores mais cultos.

Apesar das dificuldades, as traduções preliminares realizadas mostraram-se suficientes, visto que o grau de compreensão semântica das sentenças pelos sujeitos foi

satisfatório. Após a primeira apresentação a grupos com níveis distintos de escolaridade e experiência de leitura, não foram verificadas necessidades de adaptações na redação dos itens.

Os leitores observaram a extensão do inventário, no entanto, a variabilidade e objetividade das sentenças não o torna necessariamente cansativo. Além disso, verificou-se que não cabe, num processo de adaptação, modificações tão profundas na idéia original do autor, como a exclusão de itens. O procedimento de *back-translation* ratificou a eficiência da tradução, visto que gerou sentenças bastante semelhantes às originais ou equivalentes.

Para as próximas fases do estudo, serão elaborados procedimentos de análise com a estatística descritiva (médias, desvios), da análise de itens, verificação da frequência de respostas, a consistência interna e a validade das escalas, bem como verificação de inferências quanto aos resultados em grupos clínicos e não clínicos, tomando as diversas variáveis psicossociais (idade, sexo, escolaridade e tipos de alterações de personalidade). Para a análise dos dados obtidos serão utilizados os pacotes estatísticos como o SPSS versão 15.0, para as verificações mais genéricas dos resultados (Pérez<sup>23</sup>; Thiessen e Wainer<sup>24</sup>) e, caso necessário os programas específicos (Hair, Anderson, Tatham e Black<sup>25</sup>) como o Micro Fact e o Test Fact, na análise fatorial dicotômica. As respostas dos sujeitos serão assinaladas em um formulário de leitura óptica, especificamente desenhado e elaborado para a atividade, permitindo, assim, sua rápida aplicação, segurança na verificação das respostas e ausência de erros associados a digitação dos protocolos. Concomitantemente à elaboração, será desenvolvida uma base de dados dos resultados e construído um aplicativo de avaliação e correção informatizado (em formato planilha eletrônica) para ser utilizado nos procedimentos de análise inicial dos resultados das escalas, uma vez que estas, dadas às características do instrumento, são compostas de uma variedade de pontuações e valores para os itens, dificultando seu uso no formato tradicional em papel.

## Considerações Finais

As etapas subseqüentes do presente estudo, uma vez concluída a tradução final, será a apreciação da versão por juízes, que avaliarão cada item quanto a sua clareza na linguagem, relevância teórica, pertinência e constructo teórico mais adequado. Após essa avaliação, o instrumento será aplicado a grupos clínicos com base em diagnósticos previamente tomados junto aos serviços de Psicologia e Psiquiatria de instituições de saúde em Natal. As avaliações realizadas serão pareadas e acompanhadas, posteriormente, com a equipe médica, mediante o preenchimento de um formulário específico sobre o processo diagnóstico e terapêutico do participante, com a avaliação e diagnose psiquiátrica, a fim de verificar a concordância com os principais critérios diagnósticos elencados pelo MCMI-III. Tenciona-se concluir os estudos preliminares de avaliação dos itens e das escalas até o final do ano de maneira a iniciarem-se os estudos de validade do instrumento em população clínica em 2010.

## Referências

1. Wechsler SM. Guia de procedimentos éticos para a avaliação psicológica. In: Wechsler SM, Guzzo RS, organizadores. Avaliação psicológica: perspectiva internacional. São Paulo: Casa do Psicólogo; 1999.
2. Aiken LR. Testes psicológicos y evaluación. 8ª ed. México: Practice Hall Hispano; 1996.
3. Anastasi A, Urbina S. Testagem psicológica. Porto Alegre: Artmed; 2000.
4. Bernaud JL. Métodos de Avaliação da Personalidade. Lisboa: Climepsi Editores; 2000.
5. Pasquali L. Padronização dos testes psicológicos: as normas. In: Pasquali, organizador. Técnicas de exame psicológico – TEP: manual. Brasília: Casa do Psicólogo; 2001. p.137-53.
6. Pasquali L. Parâmetros psicométricos dos testes psicológicos. In: Pasquali, organizador. Técnicas de exame psicológico – TEP: manual. Brasília: Casa do Psicólogo; 2001. p.111-36.
7. CFP – Conselho Federal de Psicologia. Cartilha Sobre Avaliação Psicológica. Brasília: Conselho Federal de Psicologia; 2007.
8. CFP – Conselho Federal de Psicologia. Resolução 003/2003. Disponível em: <[http://www.pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao2003\\_003.pdf](http://www.pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao2003_003.pdf)>, 2003. [2008 jul 20].
9. Calejon LMC. Os desafios da avaliação psicológica na formação e exercício profissional do psicólogo. Alchieri JC, organizador. Avaliação psicológica: perspectivas e contextos. São Paulo: Vetor; 2007.

10. Almeida LS. Avaliação psicológica: exigências e desenvolvimentos nos seus métodos. In: Wechsler SM, Guzzo RS, organizadores. Avaliação psicológica: perspectiva internacional. São Paulo: Casa do Psicólogo; 1999.
11. Hambleton RK. Adaptación de tests para su uso en diferentes idiomas y culturas: fuentes de error, posibles soluciones y directrices prácticas. In: Muñiz, J, organizador. Psicometría. Madrid: Editorial Universitas; 1996. p. 207-38.
12. Noronha APP. Avaliação psicológica segundo psicólogos: usos e problemas com ênfase nos testes. Campinas; 1999. [Tese de Doutorado - Pontifícia Universidade Católica de Campinas].
13. Alchieri JC, Alves IB, Marques KC. As técnicas de exame psicológico ensinadas nos cursos de graduação de acordo com os professores. Psico-USF 2002; 7:77-88.
14. Hernáez VC, Sánchez-López MP. Inventário Clínico Multiaxial de Millon – III: Manual. Madrid: TEA Ediciones; 2007.
15. West S G. Some methodological and training/funding perspectives on the future of personality research. Journal of Research in Personality 2002; 36:640-8.
16. Alchieri JC. Modelos dos estilos de personalidade de Millon: adaptação do Inventário Millon de Estilos de Personalidade. Porto Alegre; 2004. [Tese de doutorado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
17. Strack S. Special Series: Millon's involving personality theory and measures. Journal of Personality Assessment 1999; 72(3):323-9.
18. Millon T. Davis R. Trastornos de la personalidad en la vida moderna. Barcelona: Masson; 2001.
19. Millon T. Toward a new personology: an evolutionary model. New York: John Wiley and Sons; 1990.
20. Noronha APP, Primi R, Alchieri JC. Guia de referência: testes psicológicos comercializados no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2003.
21. Strak S. Essentials of MCMI-III assessment. In: Essentials of Millon inventories assessment. 2ª ed. New York: John Wiley and sons; 2002.
22. Pasquali L. Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração. Brasília: LabPAM - IBAPP; 1999.
23. Pérez C. Técnicas estadísticas con SPSS. Madrid: Prentice Hall; 2001.
24. Thiessen D, Wainer H. Test scoring. Mahwah, NJ, USA: Lawrence Erlbaum Associates; 2001.
25. Hair JF, Anderson RE, Tatham, RL, Black WC. Análisis multivariante. 5ª ed. Madrid: Prentice Hall Ibéria; 1999.